

NO RIO DE JANEIRO, UM JARDIM BOTÂNICO BICENTENÁRIO

Ariane Luna Peixoto
Rejan R. Guedes-Bruni

É grande a responsabilidade ao se apresentar uma instituição brasileira bicentenária como o Jardim Botânico do Rio de Janeiro. São muitas as suas inserções, oriundas de sua extensa trajetória oficial e no imaginário coletivo. O Jardim Botânico foi território político, pois sua implantação adveio da visão estratégica de Estado por D. João VI. Está intimamente associado à história da cidade do Rio de Janeiro, pois sua localização geográfica acompanhou lentamente a expansão da cidade e o modo de passear das pessoas em seus parques. Inspirou cronistas, desde Machado de Assis até Antonio Callado, fotógrafos como Malta e pintores como Margaret Mee. Resguardou obras de arte desde Mestre Valentim a Burle Marx. Surpreendeu cientistas como Albert Einstein e encantou chefes de Estado. Encerra desenhos paisagísticos de Frei Leandro. Tudo é o Jardim Botânico e tudo é parte. Procura-se aqui apresentar o Jardim Botânico do Rio de Janeiro em três momentos: na sua fundação e seus primeiros anos; no período de seu centenário; no momento atual com os desafios do nosso tempo, quando a instituição comemorou seus 200 anos em 2008.

O cultivo das plantas em jardins, restrito, principalmente, aos hortos medicinais, encerrados em ambientes religiosos, como claustros de igrejas e pátios de conventos, até o século XIV, passou a ser feito em outros espaços. A descoberta do Novo Mundo e da Ásia promoveu a interação entre natureza, sociedade e ciência levando ao surgimento dos jardins botânicos, na Europa, no séc. XVI. A criação do Jardim Botânico de Ajuda, em 1768, teve como objetivo implementar a política ilustrada, da qual a coroa era a principal idealizadora, e foi um marco da intervenção do Estado português na área das ciências. Juntamente com a reforma da Universidade de Coimbra, em 1772, e a criação da Academia de Ciências, em 1779, formou um tripé em que o movimento ilustrado encontrou formas de aprimorar seu pensamento e, ao mesmo tempo, construir e consolidar sua política (1). O Jardim Botânico de Ajuda tornou-se importante centro de recebimento, descrição e cultivo de plantas enviadas pelas colônias do império português. Formou-se assim, uma estrutura que fomentava e orientava a investigação de produtos com potencial de retorno econômico, não apenas em Portugal, mas entre capitânicas, sob a tutela da coroa (2;3). Domenico Vandelli que estava à frente dessas iniciativas, e seus discípulos, procuraram instruir os naturalistas viajantes sobre as observações a serem feitas, os procedimentos de recolhimento, tratamento, embalagem e transporte do material que pudesse ser utilizado com fins científicos (1). Domingues (3) disserta sobre a constituição de redes de informação e recolha de materiais e amostras diversas, no império português, nas quais estiveram empenhados não apenas cientistas, astrônomos, engenheiros-cartógrafos, médicos, cirurgiões, mas também altos e ilustrados funcionários. No processo de recolha, preparação, descrição e envio das espécies às instituições da corte, participavam, também, moradores e colonos, altas patentes militares e

soldados, funcionários eclesiásticos, degredados. Em 1808, por ocasião da invasão francesa a Portugal, o general Junot ordena que se recolhesse todo o acervo botânico e o enviasse ao Jardim des Plantes, em Paris. Essa ordem dá a dimensão da importância dessas coleções (1).

Rodrigo de Sousa Coutinho, ministro da Marinha e Ultramar foi também um dos personagens da intelectualidade política portuguesa que “vislumbraram a possibilidade de regeneração do reino, por intermédio da natureza física dos domínios ultramarinos”. Ao ser afastado do cargo de ministro, em 1802, tornou-se inspetor geral dos Reais Jardins Botânicos e Museus, cargo criado especialmente para ele (1;2). A intelectualidade e o poder político lusos atuaram em conjunto para viabilizar a economia do império português, por meio do incentivo à cultura científica utilitarista, cujo propósito era conhecer e obter proveito do patrimônio natural: Vandelli e Sousa Coutinho os exemplificam.

No Brasil, a repercussão dessas mudanças ocorreu mais efetivamente a partir de 1798, com a criação, por ordem da metrópole, do primeiro jardim botânico sob administração portuguesa, em Belém. Esse jardim botânico parece ter sido um projeto tão bem sucedido aos olhos da metrópole que esta ordenou a criação de instituições congêneres em outras províncias (2), as quais permutavam, entre si fruta-pão, canela, cravo, pimenta e muitos outros vegetais considerados úteis, além de documentos, instruções para cultivo e comercialização de produtos.

A invasão de Portugal pelas tropas de Napoleão e a fuga da família real com parte da corte portuguesa para o Brasil, juntamente com a preocupação de D. João VI em defender o território da colônia de um possível ataque do império francês, faz com que ele crie, através do decreto de 13 maio 1808, a Fábrica de Pólvora e Fundação de Artilharia. As premissas que levaram a considerar o engenho e as terras da lagoa Rodrigo de Freiras como local para “erigir sem perda de tempo uma fábrica de pólvora” estão associados à necessidade de “não só um local espaçoso, mas ainda abundância de água para o movimento das diferentes máquinas por cujo meio se hão de executar todas as necessárias operações”. A localização estratégica, distante do centro urbano, com relevo que reunia áreas planas e íngremes que criavam desníveis necessários ao movimento das rodas d’água da fábrica de pólvora, aliada à grande extensão para cultivos, certamente, concorreram para a seleção da área (4).

Barbosa Rodrigues informa que “seduzido pela beleza daquele ponto o príncipe regente”, por decreto de 13 de junho do mesmo ano, mandou preparar, perto da casa do inspetor da fábrica de pólvora, terreno necessário ao estabelecimento de um jardim de aclimação destinado a introduzir no Brasil a cultura de especiarias das Índias Orientais” (5). O texto de Barbosa Rodrigues, de modo geral, é repetido em documentos que tratam da instituição, e acaba por tornar-se como a certidão de nascimento do Jardim Botânico. Em 11 de outubro de 1808, passou a se chamar Real Horto, e nele foram plantadas sementes e mudas trazidas do Jardim La Pamplemousse, nas ilhas Maurício, por Luiz de Abreu Vieira e Silva, que as ofereceu a D. João VI. Também nesse ano, um decreto de 12 de outubro criava o cargo de feitor da Fazenda da Lagoa Rodrigo de Freitas e indicava que, na área sem arrendatário da fazenda, deveria ser cultivada uma “espécie de cultura que for de maior interesse e benefício da Real Fazenda, ou qualquer outra planta que lhe for determinada por ordem superior”. O feitor deveria cuidar também para que os habitantes da região não desviassem o curso das águas, fundamentais à fabricação da pólvora, e para que não fossem destruídas as matas do lugar (4;6). O Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ), passa a ser dirigido, de

1824 a 1829, por Frei Leandro do Sacramento, um frade carmelita que era professor de botânica da Academia de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro e membro das Academias de Ciências de Londres e Munique. Frei Leandro foi o primeiro diretor botânico do JBRJ e, par a par às demandas da época pelo cultivo de chá e introdução e cultivo de especiarias, distribuição de mudas e sementes para os jardins do país, também reorganizou o arboreto, aumentando a área cultivada, construiu um lago artificial (o atual Lago Frei Leandro), um cômodo, no qual edificou a Casa dos Cedros, e iniciou a permuta de plantas com o Jardim Botânico de Cambridge, enriquecendo a coleção e buscando assim dar um caráter científico à instituição (6;7).

Desde a sua criação e até a administração de Barbosa Rodrigues, iniciada em 1890, o JBRJ esteve estreitamente comprometido com a introdução de especiarias, o melhoramento de espécies com potencial agrícola e também com a implantação do ensino agrícola. Esses compromissos foram mais expressivos entre 1861 e 1889, período em que esteve vinculado ao Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (6).

O JARDIM BOTÂNICO EM SEU CENTENÁRIO Com a proclamação da República, em 1889, desencadearam-se importantes modificações na administração pública. Dinâmicos, os contornos da paisagem do JBRJ acompanharam essas mudanças. João Barbosa Rodrigues, que assumiu a direção da instituição, em 1890, e na qual permaneceu por cerca de 20 anos, empenhou-se em reformar o JBRJ buscando retorno da “cientificidade” que lhe parecia “perdida”. Para ele era também importante ser aquele que devolvia ao jardim, certa “cidadania” (1;4).

Ao assumir a direção do JBRJ, Barbosa Rodrigues, que tinha vasta experiência e importantes contatos, impulsionou a pesquisa sobre a flora brasileira, deu origem ao herbário (dois herbários foram criados por decreto de Deodoro da Fonseca: um destinado a plantas cultivadas no arboreto e outro à flora em geral), a carpoteca e as estufas e viveiros foram reorganizadas. Visando aumentar as coleções vivas e herborizadas, ele criou o cargo de naturalista viajante e incrementou o intercâmbio com outras instituições científicas. A contratação de naturalistas viajantes possibilitou intensificar estudos nas regiões serranas do Rio de Janeiro, em Minas Gerais e São Paulo e mais tarde, também nos estados da Amazônia e em outros estados do Brasil (6;7). Paralelamente à ênfase na função científica, Rodrigues revela sua preocupação em dotar o JBRJ de um desenho mais de acordo com sua importância, com a inclusão de fontes, estatuária, novos plantios, caminhos, entre outros. Ele elaborou um projeto integral de reforma do JBRJ no qual observa que “o jardim botânico para bem preencher os seus fins com uma organização modesta deve ter sob a mesma direção duas seções: Jardim Botânico e Museu Botânico”. Estavam previstas as seguintes divisões: herbários, biblioteca, escola botânica, campo de experiências e viveiros, refrigeratórios, jardins, laboratórios e observatórios e arboretum (8).

Duas obras de Barbosa Rodrigues sobre o JBRJ são importantes para o entendimento de como ele via a instituição e ao mesmo tempo nela se via. *Hortus fluminensis* (8) e *Lembrança do 1º centenário do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 1808-1908*, este último como parte das comemorações do centenário do JBRJ (5). Na apresentação da obra (chamada de Advertência) escreve “Festejando o Jardim Botânico do Rio de Janeiro o seu primeiro centenário, inaugurando um monumento ao seu Augusto Fundador o Sr. D. João VI, aproveitamos a ocasião para dar como **lembrança** desse

fato um esboço histórico”. “Como fosse esse trabalho organizado à última hora, tivemos de recorrer ao que já havíamos dito no *Hortus fluminensis*, ampliando e ilustrando com fotografias” (5).

O JBRJ é hoje um espaço de rara beleza na paisagem de uma das cidades reconhecida como das mais bonitas do mundo. Compõe uma zona tampão para o Parque Nacional da Tijuca, com o qual se integra, como uma faixa contígua de cobertura vegetal de entorno entre a malha urbana de alta densidade demográfica e os contrafortes do maciço da Tijuca (9). Sua área física abrange cerca de 143 hectares, dos quais 85 hectares de vegetação autóctone. No arboreto estão representados 7.240 espécimes em 40 seções (194 canteiros), e mais de 5 mil espécimes em estufas e viveiros (cactário, orquidário, bromeliário, insetívoras, plantas ornamentais, medicinais e jardim sensorial). Recebe cerca de 600 mil visitantes anualmente! O Centro de Visitantes está instalado em um prédio datado de 1576 – a sede do Engenho Nossa Senhora da Conceição da Lagoa. As escolas e professores são recebidos pelo Núcleo de Educação Ambiental, instalado em um prédio que foi a residência do diretor Pacheco Leão, que administrou o JBRJ entre 1915 e 1931.

Muitos elementos edificadas que ajudam a conformar a paisagem do arboreto: edifícios históricos, ruínas, esculturas, pérgolas, chafarizes, mobiliário, cascatas, estufas e pontes, além daqueles, em geral percebidos como naturais, como os próprios canteiros, lagos e caminhos. Cada um desses elementos tem sua história e contribui para a formação espacial do JBRJ (10). O chafariz central, ou chafariz das musas, em ferro fundido que estava anteriormente no Largo da Lapa, foi trazido para o JBRJ por Barbosa Rodrigues que, com espírito de oportunidade, se aproveitou de obras de demolição na cidade. O portal da Escola de Belas Artes, também anteriormente no centro da cidade, foi trazido para o JBRJ em 1940, os bebedouros em ferro fundido, as garças de Mestre Valentim...

O herbário, que se iniciou com 25 mil amostras doadas por D. Pedro II (11), inclui hoje cerca de 500 mil espécimes, dos quais 6 mil correspondem a *Typus nomenclaturais*. Está acondicionado num edifício construído especificamente para esse fim, inaugurado em 2002. Em 2005, iniciou a informatização de seus acervos visando disponibilizar para a consulta remota, de maneira eficiente e ágil, os dados e informações contidas nas amostras depositadas. Atualmente, os dados contidos nas etiquetas dos exemplares depositados encontram-se disponíveis online (www.jbrj.gov.br/jabot), e também no Centro de Referência em Informação Ambiental (Cria).

A biblioteca, que teve como núcleo original obras pertencentes a D. Pedro II que foram doadas a Barbosa Rodrigues, conta hoje com 42.650 mil volumes, mais de 4 mil obras raras e 1.600 títulos de periódicos. A instituição detém dois importantes acervos fotográficos: um com 10 mil imagens, merecendo destaque os 2 mil negativos de vidro, datados do período 1900-1940, que registram a evolução das coleções, pesquisadores, técnicos e outros servidores em suas atividades diárias no JBRJ ou, muitas vezes, em expedições científicas, visitantes e ocasiões festivas na instituição; e uma fototeca, com 7.770 fotografias de tipos nomenclaturais e exemplares citados em obras clássicas sobre a flora das Américas.

Os ventos que nas duas últimas décadas sopram sobre o JBRJ o alinharam com os paradigmas da conservação integrada. A Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB) tem sido um norteador para muitas de suas atividades principalmente através das Normas Internacionais de Conservação em Jardins Botânicos que enfatiza sua atuação na conservação, pesquisa, educação e desenvolvimento sustentável. Então, por força

de acordos e convenções internacionais que tratam da biodiversidade, o JBRJ tem ampliado suas atribuições nas últimas décadas. Tem a função de Estado, repassadas pelo Ministério do Meio Ambiente, de manter a operacionalização e o controle do sistema nacional de registro dos jardins botânicos brasileiros. No ano do seu bicentenário, ao criar em sua estrutura o Centro Nacional de Conservação da Flora, em consonância com o Ministério do Meio Ambiente passou a coordenar atividades que tem como prioridade a produção de conhecimento sobre as espécies brasileiras ameaçadas de extinção (12;13).

Muitas atividades, nas duas últimas décadas, contribuíram para que o JBRJ chegasse aos 200 anos planejando ações para um futuro longo e promissor, sem perder de vista que a elas se somarão muitíssimas outras. Pode-se tomar como primeiro marco, o seu reconhecimento, em 1992, como Reserva da Biosfera da Unesco. Um novo passo foi dado em 2001, quando se consolida como uma autarquia federal (o que significa poder próprio, ou seja, autonomia administrativa e financeira), vinculada ao Ministério do Meio Ambiente passando a se denominar Instituto de Pesquisas. Em 2002, formaliza a atividade de ensino, consolidando assim uma atividade iniciada por Liberato Barroso e que teve a sua maior expressão na figura da professora Graziela Maciel Barroso. A criação da Escola Nacional de Botânica Tropical iniciou suas atividades em 2001, com cursos de extensão e, logo a seguir, com cursos de especialização, mestrado e doutorado num programa de pós-graduação *stricto sensu* voltado para o conhecimento e a conservação da flora brasileira.

Esse intenso período de redimensionamento institucional e sincronização com a modernidade que torna mais patente a importância da botânica como componente dos estudos sobre a diversidade biológica sua conservação e uso sustentável, resultou em inúmeras aquisições. Esse compromisso com a contemporaneidade se materializou através da construção de prédios para abrigar e possibilitar a ampliação das coleções herborizadas e laboratórios – o Centro de Pesquisas Professora Graziela Maciel Barroso, inaugurado em 2001, além da ampliação do quadro de pessoal, em 2002 e em 2009, o que possibilitou a continuidade de pesquisas já iniciadas e a abertura de novas linhas de pesquisa bem como a inauguração do Museu do Meio Ambiente, em 2008.

As demandas contemporâneas estabelecem um olhar plural sobre os jardins botânicos, onde tanto as diferentes áreas do saber como as diferentes linhas de pesquisa devem convergir para que o JBRJ seja conhecido e respeitado pelo que é compartilhado por todos os demais congêneres no mundo: a pesquisa e a divulgação científica sobre as plantas e o compromisso com a conservação integrada. Porém, há muito, muito mais, que lhe é complementar sem lhe subtrair ou sub-dimensionar aquilo que lhe é próprio. Assim, ao longo de seus 200 anos de história o JBRJ guarda em si a memória da transformação do país, ao preservar plantas introduzidas na época de sua criação e ao mesmo tempo investir em avanços na área científica que acompanham as mudanças da percepção sobre meio ambiente, determinantes para a configuração de sua atual missão que tem como foco a pesquisa, o ensino e a conservação da flora brasileira.

Ariane Luna Peixoto é professora titular aposentada da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), pesquisadora-associada do Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro e bolsista do CNPq. Email: ariane@jbrj.gov.br.

Rejan R. Guedes-Bruni é pesquisadora titular do Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro Email: rbruni@jbrj.gov.br.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Bediaga, B. "Conciliar o útil ao agradável e fazer ciência: Jardim Botânico do Rio de Janeiro - 1808 a 1860". *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Vol.14, n.4, pp.1131-1157. 2007.
2. Sanjad, N. "Portugal e os intercâmbios vegetais no mundo ultramarino: as origens da rede luso-brasileira de jardins botânicos, 1750-1800". In: Alves, J.J.A. (Org.). *Múltiplas faces da história das ciências na Amazônia*. Belém: Edufpa, pp.77-101. 2005.
3. Domingues, A. "Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos". *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Vol.8, suppl. 823-832. 2001.
4. Oliveira, A.R. de. "A construção da paisagem - ordem e natureza". In: Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (Org.) *200 anos Jardim Botânico do Rio de Janeiro: 1808-2008*. Rio de Janeiro. 2008.
5. Rodrigues, J.B. *O Jardim Botânico do Rio de Janeiro - Uma lembrança do 1º centenário - 1808-1908*. Oficinas da Renascença, E.Bevilacqua & Cia. Rio de Janeiro. Reprodução da edição original, 1998. Rio de Janeiro: Banco Safra/ Jardim Botânico do Rio de Janeiro. 1908.
6. Lamarão, S.T.N. & Souza, L.O.G. "Jardim Botânico: dois séculos de história". In: Padilla, R. & Soares, N. P. (Orgs.) *Jardim Botânico do Rio de Janeiro 1808-2008*. Artepádiva. Rio de Janeiro. 2008.
7. Peixoto, A.L. & Morim, M.P. "O jardim botânico construindo pontes de saberes". In: Padilla, R. & Soares, N. P. (Orgs.) *Jardim Botânico do Rio de Janeiro 1808-2008*. Artepádiva. Rio de Janeiro. 2008.
8. Rodrigues, J.B. *Hortus fluminenses ou breve notícia sobre as plantas cultivadas no Jardim Botânico do Rio de Janeiro para servir de guia aos visitantes*. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura. 1894.
9. "Jardim Botânico do Rio de Janeiro". In: Costa, M.L.N. (Org.). *Diversidade biológica nos jardins botânicos brasileiros*. Rede Brasileira de Jardins Botânicos. Rio de Janeiro. 2004.
10. Neves, M.R. "O patrimônio arquitetônico". In: Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (Org.) *200 anos Jardim Botânico do Rio de Janeiro: 1808-2008*. Rio de Janeiro. 2008.
11. Valente, M.C.; Baungratz, J.F.A.; Silva, N.M.F. & Carvalho, L.D.F. "A história do herbário e seu acervo". In: Silva, N.M.F., Carvalho, L.D.F. & Baungratz, J.F.A. (Orgs.) *O herbário do Jardim Botânico do Rio de Janeiro - um expoente na história da flora brasileira*. Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2001.
12. Pereira, T.S. A missão global e o papel estratégico dos jardins botânicos. In: Ormindo, P. (Org.). *Guia de árvores notáveis: 200 anos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro*. Andrea Jakobsson Estúdio Editorial. Rio de Janeiro. 2008.
13. Bediaga, B. & Guedes-Bruni, R.R. "Jardim Botânico do Rio de Janeiro: dois séculos de história". In: Ormindo, P. (Org.). *Guia de árvores notáveis: 200 anos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro*. A. Jakobsson Estúdio Editorial. Rio de Janeiro. 2008.